

Malhas cartográficas

técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas¹

Thiago Mota Cardoso

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: thiagotxai@gmail.com

Resumo

É crescente o uso de mapas como instrumento de reivindicação territorial, de gestão de conflitos e de manejo ambiental no contexto dos territórios indígenas latino-americanos. No Brasil, este processo ganhou força a partir da Constituição Federal de 1988 e da ratificação da Convenção OIT 169, com o reconhecimento das formas plurais de conceber e ocupar o espaço, o que muitos autores chamam de “virada territorial”. Mais recentemente, a ambientalização da ação indigenista proporcionou a incorporação dos territórios indígenas no rol das chamadas áreas protegidas com a proliferação de projetos de desenvolvimento sustentável. O uso de mapas desde então tem se voltado para a gestão ambiental, incorporando os conhecimentos indígenas, os chamados Etnomapas, Etnocartografias ou EtnoSIGs. No entanto, a atual “febre” da técnica dos etnomapeamentos levanta algumas questões relevantes do ponto de vista antropológico: a primeira refere-se à ontologia da cartografia científica e a intercomunicabilidade com outras ontologias, no qual o mapear não necessariamente se constitui como uma forma representacional do espaço, de fragmentação entre a mente e o mundo, entre a natureza e a cultura. Esta questão nos leva ao debate entre universalismo e particularismo do ato de produzir mapas e da concepção paisagística que subjaz esta prática. Coloco em questão os mapas mentais (ou à crítica), tidos como uma prática classificatória que tem como corolário a separação entre o aparato cognitivo-sensorial do mapeador e uma paisagem exterior e independente. Aponto para o ato de mapear como um processo vivo, rizomático, no qual um organismo se engaja perceptivamente e dinamicamente no mundo, habitando-o, de onde partem narrativas e histórias de lugares e relações, constituintes de uma cartografia vivencial ou uma cartografia rizomática. Pretendo tratar das questões acima com uma perspectiva etnográfica em uma experiência cartográfica junto ao povo indígena Pataxó.

Palavras-chave: cartografia; tecnociência; territórios indígenas

Introdução

- *Dersu, já esteve aqui antes?*
- *Não, capitão, mas na Taiga tem muitos caçadores, eles não voam, andam no chão e deixam uma trilha. Nós temos olhos e olhamos, e assim encontramos a trilha.*
(*Dersu Uzala*, Filme de Akira Kurosawa, 1975).

Completamente perdidos durante um trabalho cartográfico que visava abrir uma rota em meio a Taiga siberiana até o mar japonês, um regimento do exército russo se depara com o caçador Gold, Dersu Uzala. Dersu, durante o caminhar junto com os forasteiros, é tido por eles ao mesmo tempo

¹ Trabalho apresentado durante a IV Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (IV REACT) - 24 a 26 de setembro de 2013 – UNICAMP/SP.

como um selvagem, animista e pagão desalmado, um perspicaz na arte da sobrevivência e, pelo menos para o Capitão Vladimir Arseniev, como um sábio e amigo fiel. *Dersu Uzala*, o filme, esta obra-prima magistral do cinema, é a expressão poética-visual da cosmopolítica inerente às múltiplas práticas de conhecimento emaranhadas no ato de mapear e confeccionar mapas ao longo de uma jornada.

Numa passagem do filme, temos o Capitão Arseniev com um mapa na mão esperançoso de que estava preenchendo um vazio geográfico e contribuindo para o progresso em um território que não passava de "uma clareira branca no mapa, um território inexplorado", digno de ser descoberto, cartografado e ocupado por linhas férreas, cidades e minas. Mesmo diante de seu positivismo e realismo cartográfico, o Capitão, munido de um mapa, sabia que, perdidos no desconhecido e sem Dersu, estariam diante da morte. Observando as habilidades, a experiência e o movimento atento de Dersu ao caminhar por trilhas "desconhecidas", ele compreende que nada passa despercebido para este habitante, numa Taiga que não é vazia de vida², mas, ao contrário, para um "homem incomum" como Dersu o caminhar pela Taiga é enxergá-la como um "livro aberto, lido como um livro da vida". Dersu, por outro lado, caminhando por novos caminhos, se movimenta entrelaçado às "pistas", lugares e "trilhas" de humanos e não humanos que seu ambiente lhe proporciona e, com habilidade, vai se localizando e guiando seus pares. Para ele, o Capitão não enxergava as "pistas" e os "movimentos" que estavam diante de seus olhos. Porém, ele estava de acordo - de forma não tão segura - que o mapa elaborado pelo cartógrafo, mesmo que não os levassem a lugar nenhum, pelo menos não sumiria, persistiria para sempre como registro visual.

Poderia dispender muita tinta sobre as relações que se dão neste caminhar, porém o que mais interessa para este artigo, que me desculpe o cineasta Akira Kurosawa, é promover uma reflexão sobre a articulação entre projetos de conhecer distintos, entre múltiplas práticas e processos no ato de produzir um mapa. Esta cosmopolítica da prática de mapeamento, que no filme é representada pela atuação de Dersu e do Capitão, pode inspirar numa reflexão sobre as atuais experiências de reconhecimento de direitos e gestão de territórios indígenas no Brasil, onde antropólogos, cientistas sociais, biólogos, geógrafos e cartógrafos, associados aos intelectuais indígenas, produzem os chamados etnomapas (ou mapas culturais, mapas participativos, etnocartografias, EtnoSIGs) como instrumentos para a compreensão da "realidade" e de um contexto

A atual "febre" da técnica dos etnomapeamentos levanta algumas questões relevantes do ponto de vista antropológico, de uma antropologia da ciência e técnica da cartografia (WOOD; ROBERTS, 2012) que contribuem para uma resposta afirmativa sobre a questão formulada logo acima: em primeiro lugar, é interessante observar os contemporâneos esforços de etnomapeamento

2 "Incrível, mas é mais difícil se esconder na Taiga do que numa cidade" (Capitão Arseniev, em *Dersu Uzala*).

para/com/dos povos indígenas como uma experiência intercientífica que se realiza no cruzamento de múltiplos regimes de conhecimento, notadamente os das ciências e os tradicionais (TURNBULL, 2003); em segundo lugar, realizar um exercício de reflexão crítica sobre as abordagens modernistas do ato de mapear e produzir mapas para qual um mapa se constitui como uma representação (BAUMAN, 1999) ou como construção sociocultural do espaço (HARLEY, 1991). Esta questão nos leva ao debate epistemológico e ontológico entre universalismo e particularismos do ato de produzir mapas físicos ou mentais e da concepção paisagística que subjaz esta prática (INGOLD, 2000; TURNBULL, 2003), bem como na possibilidade de intercomunicação e inteligibilidade entre uma multiplicidade de tradições de conhecimento (TURNBULL, 2007).

Seguindo esta pista, pretendo nesta comunicação tratar das questões acima levantadas em uma perspectiva auto-biográfica e auto-etnográfica sobre a inter-relação entre práticas de mapear numa experiência de etnomapeamento junto ao povo indígena Pataxó, do extremo Sul da Bahia, ao longo de 2008 e 2009. Num primeiro momento, apresento uma breve reflexão sobre as diferentes perspectivas modernistas sobre a produção de mapas e a diferença entre mapear e produzir mapas. Num segundo momento, mais etnográfico, descrevo um etnograma em plena prática de produção, explicitando os procedimentos técnicos, pressupostos teóricos, os conhecimentos e as relações cruzadas entre os diversos atores envolvidos. Este trabalho faz parte de minhas reflexões ainda em fases iniciais e pesquisas atuais ao longo do Doutorado em Antropologia Social no PPGAS-UFSC com o título “*É andando que se aprende*”: uma etnografia sobre os conhecimentos e cosmografias na paisagem entre os Pataxó, com término previsto para o primeiro semestre de 2016.

Apresento neste trabalho, como contraposição às abordagens modernistas, o ato intercientífico de mapear como um processo vivo, rizomático, no qual os atores (ou organismos, coisas) envolvidos se engajam perceptiva, performativa e dinamicamente no mundo, habitando-o num emaranhando de relações, de onde partem narrativas e histórias de lugares e relações, bem como fluxos de poder, mútuo entendimento, acordos, negociações e conexões parciais entre conhecimentos distintos sobre o mundo e sobre o ato de mapear (TURNBULL, 2010; KITCHIN; DODGE, 2007; INGOLD, 2000; 2011; MOL; LAW, 2002; DE LA CADENA, 2012). Ou seja, o mapear como prática é um ato de conhecer que ao mesmo tempo é prática (MATURANA; VARELA, 1990).

Aqui o etnomapeamento é visto no plural como uma constelação de práticas. Isto exige assumirmos, como diria Wood (1993), que mapear não é o mesmo que confeccionar um mapa. Em outras palavras, e parafraseando Viveiros de Castro (2002), o problema é que o nativo certamente *mapeia*, assim como o cartógrafo; mas, muito provavelmente, ele não mapeia *como* o cartógrafo. O que o nativo mapeia é, sem dúvida, a expressão de um mundo possível.

Etnomapa: representação do real ou construção cultural?

Um mapa é tido no âmbito da *10th General Assembly of the International Cartographic Association* (Barcelona, em 1995) como uma imagem que simboliza a realidade geográfica, representando características seletivas resultantes dos esforços criativos dos cartógrafos. E a cartografia, a disciplina responsável pela concepção, produção e disseminação dos estudos dos mapas e, segundo consta nos manuais acadêmicos e nas normas técnicas brasileiras³, seria a ciência responsável em mapear a superfície terrestre em sua inteireza e complexidade.

Segundo a abordagem realista da cartografia, cabe ao cartógrafo desenvolver habilidades e a função normativa de reduzir o erro na representação e incrementar a efetividade dos mapas com um bom design e acurácia, representando da melhor forma os dados espaciais: novos dispositivos, por exemplo, com elaboração de mapas temáticos padronizados, refinamento das linhas de contorno na utilização de cores; em formas que correspondem como as pessoas pensam; geotecnologias; instrumentos de geovisualização (KITHCIN; DODGE, 2007). Talvez seja interessante, para ilustrar estas definições iniciais, lermos um trecho de um site mantido por cartógrafos, sobre o papel dos mapas no mundo estatal-capitalista contemporâneo:

A inteligência geográfica é questão-chave no desafio da reforma agrária na implementação do Código Florestal, no ordenamento territorial, na contabilização de ativos de empresas de infraestrutura e até na decisão de abertura de novos pontos de venda. Hoje, a tomada de decisão em qualquer organização depende de informações confiáveis. Estima-se que pelo menos 85% dos dados no mundo tenha algum atributo de localização; desta forma, a maioria dos sistemas de informações para a tomada de decisão é baseada no uso de mapas (Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2012/09/15/capa-3/>>).

Ciência e cartografia vêm tendo uma história íntima, desenvolvida desde a emergência da perspectiva na pintura e dos espaços euclidianos até as atuais geotecnologias *online*, não reduzida simplesmente à criação de mapas científicos cada vez mais precisos, mas sim num esforço científico de fabricar um real composto por séries dicotômicas – natureza e cultura, sujeito e objeto, mente e mundo - como um pilar da constituição da modernidade (LATOURET; WOOLGAR, 1997; TURNBULL, 2003),

Esta forma realista e representacional de conceber um mapa se apoia em duas premissas diretamente ligadas ao cartesianismo e ao positivismo: primeiro, um mapa como representação mental do mundo e, em segundo lugar, como verdade sobre o mundo como ele é. O primeiro se utiliza da metáfora da estrutura-complexa, onde afirma que mesmo antes da pessoa penetrar em um

3 Segundo as **Normas Técnicas da Cartografia Nacional** (Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984), o serviço cartográfico ou de natureza cartográfica é “toda operação de representação da superfície terrestre ou parte dela, através de imagens, cartas, plantas e outras formas de expressão afins, tais como definidas no art.6º do DL 243/67 e seus parágrafos”.

ambiente, ela já copiou em sua mente uma descrição espacial, um mapa cognitivo que se assemelha estruturalmente às estruturas no mundo (INGOLD, 2000). A metáfora do mapa até o domínio da cognição reside na suposição, de que aquilo que o mapa permite é uma representação das coisas no espaço independente de algum ponto de vista (Idem).

O exercício cartográfico como um trabalho de elaboração de artefato físico ou mental que representa o real, se dá numa constante afirmação de sua condição de veracidade, ou seja, sua “segurança” ontológica não é dada *a priori*, mas sim construída em práticas de reconhecimento, interpretação, tradução, comunicação, e assim adiante (KITCHIN; DODGE, 2007). Isto nos remete ao intrínseco caráter político do ato de mapear. A cartografia e o Estado buscam coproduzir o espaço de conhecimentos, fornecendo as condições de possibilidade no afirmar uma verdade sobre o mundo (TURNBULL, 2003). Portanto, o mapa como verdade, como representação precisa do real, como um artefato universal de explicação das feições do mundo e de suas fronteiras, emerge *pari passu* à consolidação dos Estados-nações em todo o globo (HARLEY, 1991). O que chamamos hoje de etnomapeamento, com uso de geotecnologias, não são tão distintos, em sua forma, das antigas práticas coloniais de confeccionar mapas através dos conhecimentos indígenas. Ou seja, mapas criados e aperfeiçoados através dos conhecimentos que os nativos forneciam sobre a geografia da região a ser conquistada (McGRANE, 1989). Mapas estes que ajudaram a fabricar a paisagem, as gentes e o direito do mundo colonial e pós-colonial (SOUSA SANTOS, 2000)

O exercício cartográfico colonial se realizou com a desqualificação de todos os outros mapas, formas de mapear e perspectivas alternativas sobre a paisagem e o território, como por exemplo, os inúmeros e milenares mapas e formas de mapear de diversos povos, desde os elaborados por chineses e turcos, passando por mapas da Europa Medieval, aos dos povos inuits, ameríndios, aborígenes, africanos⁴, considerados como pré-cartográficos, ilusórios, infantis e primitivos pela emergente ciência cartográfica (HARLEY, 1991). Neste sentido, sob ótica da cartografia crítica, a relação prática e emocional entre Dersu e Arseniev poderia ser interpretada como mais uma prática de dominação, pois por detrás das aparências, o Capitão do regimento trabalhava para implantar o projeto colonial sobre territórios de tribos siberianas.

A cartografia se desenvolve assim, segundo Bauman (1999), sob o modelo foucaultiano do Panóptico, no exercício empreendido pelo Estado moderno ante a necessidade de unificação do espaço submetido agora à sua autoridade direta, consistindo na separação de categorias e distinções espaciais de práticas que os poderes do Estado não controlavam. Tarefa que se resumia à substituição de todas as práticas locais, epistemes e ontologias por práticas administrativas de

4 Ver os três tomos do *History of Cartography*, organizados por Harley e Wooldward (1987), e Wooldward e Malcolm Lewis (1998). Ambos estão disponíveis na página:
<<http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/index.html>>

Estado como único ponto de referência universalmente impositivo para todas as medidas e divisões de espaço: um exercício pelo direito de controlar o ofício do cartógrafo (Idem). O mapa, portanto, deveria ser imagem e semelhança do território, e se possível, como no conto o *Império dos Cartógrafos*, do escritor argentino Jorge Luis Borges, numa escala 1:1 (BORGES, 1978).

O modelo panóptico ideal se daria na constituição de mapas cientificamente elaborados e administráveis e controláveis pelo poder central e, em um segundo estágio, quando todos os outros mapas tivessem sido eliminados, a estrada podia se abrir para se remodelar o espaço fisicamente segundo um mapa elaborado *ad hoc* (BAUMAN, 1999). Um mapa que não busca “o registro perfeito da existente imperfeição territorial, mas incrustar na terra o grau de perfeição antes encontrado apenas na prancha de desenho”, ou seja, “o monopólio é muito mais fácil de alcançar se o mapa antecede o território mapeado”: o sonho projetado em Paris por Le Corbusier, e a realização de Niemeyer em Brasília (Idem). O que dizer então do grandioso projeto do *Google Maps* e seus esforços de juntar cada indivíduo do planeta no ato de mapear os lugares do mundo, via *Google Traking*⁵ e do *Google Maps Street View*⁶.

Para autores como Bauman (op. cit.), assim como para Almeida (1994), Sousa Santos (2000), Acselrad (2010) e Harley (1991), os mapas da cartografia científica são considerados como distorções da realidade, como ideologia que subordina o espaço social a um e apenas um mapa oficial que fornece a imagem do mundo conhecido e passível de uma administração supracomunitária. Estes autores, tendo Harley como uma figura-chave, empreendem uma cartografia crítica sustentando que o processo de mapeamento consiste em criar, ao invés de simplesmente revelar, conhecimento. No processo de criação, puramente ideológico, da cartografia científica, muitas decisões subjetivas são feitas sobre o que incluir, como o mapa vai ser visualizado, e o que o mapa deve comunicar. Mapas, estariam imbuídos dos valores e julgamentos dos indivíduos imersos em uma cultura. Existiriam, nas diversas culturas, várias imagens mentais sobre o mundo, e os mapas físicos seriam, portanto, o produto de conhecimentos privilegiados e formalizados (KITCHIN; DODGE, 2009).

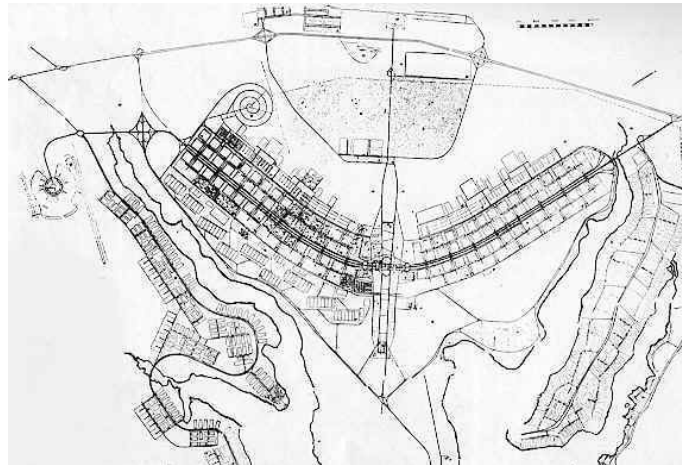
Em contraste com a visão científica que coloca mapas em termos essencialistas, Harley funda uma análise relativista ao lançar mapas como construções socioculturais, como expressões de poder/conhecimento (Idem). Críticas semelhantes foram aplicadas, na década de 90, para sistemas de informação geográfica (SIG) (COLI, 2010). Uma série de autores aplicaram as ideias de Harley para argumentar que as reivindicações positivistas da chamada *GIS science* eram ilusórias e mitológicas (KITCHIN; DODGE, *op. cit.*; FOX *et. al.*, 2008).

5 Disponível em: <<http://googleblog.blogspot.com.br/2012/10/trekking-grand-canyon-for-google-maps.html>>

6 Disponível em: <<http://maps.google.com.br/intl/pt-BR/help/maps/streetview/>>



Plan Voisin, de Le Corbusier (1925)



Planta da construção de Brasília



Google Trekking: o individuo mapeador e o mapa global

A cartografia crítica emerge no contexto da chamada “virada territorial” (ACSELRAD; COLI, 2008) ou “virada cartográfica” (LEVY, 2008), no qual grupos sociais e étnicos assessorados, dentre outros, por antropólogos, cientistas sociais e geógrafos humanistas, a partir de um contexto legislativo e político favorável, passam a se valer dos mapas para reivindicar direitos e mais recentemente o controle e a gestão territorial (ACSELRAD; COLI, 2008; BROSIUS; TSING; ZERNER, 2005; HERLIHY; KNAPP, 2003). Aqui vemos a elaboração dos contemporâneos mapas participativos, mapas colaborativos, mapas cognitivos, etnomapas⁷, mapas culturais, etnocartografias, cartografias sociais, GIS Crítico e EtnoSig, dentre outras categorias do chamado movimento de “contramapeamento” ou da “recartografia” - com todas as suas potencialidades e ambiguidades - que visa incorporar a participação e os conhecimentos dos sujeitos subalternizados num processo de visibilização territorial (BRYAN, 2011; HIRT, 2009; TRANCOSO *et. al*, 2012; CARDOSO *et. al*, 2012A; SHEPPARD, 2008; DE ROBERT; LAQUES, 2003; SZTUTMAN, 2006; CHAPIN *et. al*, 2005; www.novacartografiasocial.com)⁸. Importante frisar que, apesar destas iniciativas dialogarem mais com a geografia crítica (CHAPIN *et. al* 2003), os antropólogos tiveram papel importante na gênese da produção culturalista de “etnomapas” ao associarem a cartografia com a etnografia desde o final do século XIX com Franz Boas, e em todo século XX, como o fez Malinowski entre os Trombriand e Koch-Grünberg junto com os Taurepang, dentro muitos outros.

A abordagem metodológica desta proposta cartográfica crítica se baseia no reconhecimento da cognição espacial e dos conhecimentos ambientais das populações locais, inserindo-os em formas mais formais como nas ferramentas de geovisualização (HERLIHY; KNAPP, 2003; FOX *et. al*, 2008; TRANCOSO *et. al*, 2012), de forma que não se perca todo o rigor científico. Neste sentido, o processo de tradução na produção intercultural de mapas envolveria processos considerados essenciais num etnomapeamento, como: correção geométrica, vetorizações, integrações de dados e análises em SIG, supostamente dando ao artefato mais acurácia, validade e uma padronização ao estilo ocidental. Caberiam, então, às “contracartografias” o exercício de eliminar os ditames ideológicos, inserindo nos mapas outros conhecimentos, produzindo mapas que exponham e deem visibilidade às territorialidades antes “invisíveis”.

7 Consta no Decreto nº 7.747, de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, que os etnomapeamentos, definidos como “mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas”, são instrumentos de diagnóstico durante o processo de gestão territorial de determinada TI. Em Nota Técnica mais recente (de 2013), a FUNAI emitiu a seguinte definição sobre os etnomapeamentos: “Ferramenta de diagnóstico que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos”.

8 Ver, por exemplo, o Mapa cultural Surui em 3D, que integra a “tecnologia moderna e conhecimento Paiter”, como afirma Almir Suruí, numa parceria entre os Paiter e o Google (<http://www.paiter.org/mapa>).

Todavia, os mapas como construções socioculturais, segundo Ingold (2000; 2011) manteriam as duas premissas elementares da cartografia modernista: a ideia de que o conhecimento é algo que está na cabeça, na mente das pessoas, como um mapa mental que pode ser inscrito num mapa físico, e em segundo lugar a manutenção da ideia de que um mapa representa uma realidade do lugar, quando seus aspectos ideológicos são levados em conta. Para Ingold (2000), pela cartografia moderna e também pelos teóricos do mapa cognitivo, as particularidades locais conseguidas pela observação no chão são encaixadas numa concepção abstrata do espaço para formar uma representação do mundo como se estivéssemos olhando para ele “de cima para baixo”.

Segundo Crampton (2003), os cartógrafos críticos vêm empreendendo e elaborando uma teoria social crítica, questionando a racionalidade e os princípios da cartografia científica e oficial, mas, por outro lado, pouco dizem sobre os aspectos técnicos da criação dos mapas e de como eles operam. Denis Wood (1993) e Kitchin; Dodge (2009) corroboram com esta ideia, ao afirmar que a aplicação de Foucault na cartografia (e, portanto, quase toda a cartografia crítica que se segue), possui algumas limitações e se insere no paradigma modernista, juntamente com os representacionistas. Crampton argumenta que o escrito de Harley "permaneceu atolada na concepção modernista de mapas", como artefato orientado a extrair a verdade da paisagem. Para Wood (1993), Harley acreditaria que a verdade da paisagem ainda poderia ser revelada se houvesse uma “extração” da ideologia dominante de representação do real; em outras palavras, o problema não era o mapa em si, mas "as coisas ruins que as pessoas fizeram com mapas" (WOOD, 1993).

Para Kitchin; Dodge (2009), a crítica fundamental ao socioconstrutivismo cartográfico seria de que esta corrente não desafia o status ontológico do mapa, mas sim simplesmente revela a política de mapeamento. A questão é que a “ilusão cartográfica” (INGOLD, 2000), a ideia modernista de um mapa, expressão de olhar distanciado, um “voo de pássaro” sobre um mundo independente e estável, seja ele teorizado enquanto uma representação ou como construção cultural não é mais tão facilmente aceita. O que estes autores vêm afirmando é que o mapa não representa ou faz o mundo (por moldar a forma como pensamos sobre ele), uma produção que está constantemente em movimento buscando sempre a aparecer ontologicamente seguro, o que seguramente não o é (KITCHIN; DODGE, *op. cit.*).

Na obra de Michel de Certeau (1994), o mapa aparece como um

palco totalizador no qual elementos de origem diversa são juntados para formar um quadro de um ‘estado’ de conhecimento geográfico, expulsa para a sua pré-história ou para sua posteridade, como se fosse para as suas bordas, as operações das quais é o resultado ou a condição necessária.

Certeau mostrou como, ao longo dessa transição modernizante, o mapa lentamente se desengajou dos itinerários, narrativas e movimentos que eram as condições da sua possibilidade.

Então a elaboração de mapas chegou, se divorciou da experiência e performance de movimento corporal no mundo. Neste mesmo sentido, Ingold (2000) afirma que os cartógrafos tiram o seu material de todo o tipo de fonte, pela observação direta e pela pesquisa da tradição local, na qual se age no mundo em jornadas “inumeráveis e frequentemente demoradas”, mas, no entanto, “nada disso aparece na forma final do mapa moderno 'científico’”, o que ele denomina de “ilusão cartográfica”.

Um aspecto dessa ilusão reside na suposição de que a estrutura do mundo, tanto quanto a do mapa que pretende representá-la esteja fixa, sem considerar o movimento dos seus habitantes, como “como um palco de teatro, do qual todos os atores misteriosamente desaparecem” (Idem). Pelo contrário, uma das características do mapa moderno é a eliminação, ou rasura, das práticas e itinerários que contribuíram para a sua produção (TURNBULL, 2007).

E é nestas práticas e engajamentos que focaremos nossa reflexão na próxima sessão, através de uma experiência etnográfica e cartográfica junto aos Pataxó.

Etnomapa: fabricando a “paisagem” num emaranhado de práticas

Cena 1 – Planejando o etnomapa (formulação, escolhas, plano)

Em 2007, iniciei um trabalho etnográfico e cartográfico, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Fundação Nacional do Índio, que tinha como objeto

a realização do etnomapeamento e do zoneamento agroextrativista do Parna [Parque Nacional] Monte Pascoal e o seu entorno, considerando as nove aldeias Pataxó que compõem o complexo Aldeias-Parque, no extremo Sul da Bahia (CARDOSO; PARRA, 2009).

O etnomapeamento se constituiu como um trabalho final do conjunto de ações desenvolvidas no âmbito do *Projeto UTF 047- Subprojeto 03*, recurso advindo do Ministério do Meio Ambiente, materializando o *Acordo de Cooperação Técnica*, firmado entre os MMA, o Ibama e a Funai que, no geral, visava garantir a integridade do Parque em uma série de ações voltadas ao “desenvolvimento sustentável” e “recuperação e preservação dos ecossistemas de Mata Atlântica, com a participação direta das populações do entorno do Monte Pascoal”.

Diríamos que o etnomapeamento era uma demanda de atores atuantes do setor ambientalista e indigenista do Estado e de organizações não governamentais, que buscavam mitigar os conflitos entre eles e destes junto à população indígena, o que Vianna (2004) chamou de disputas entre as “razões indigenista e ambientalista no Sul da Bahia”. Esta disputa ficou evidente numa primeira reunião de trabalho que participei num hotel no município de Itamarajú, com representantes da

pluralidade de atores envolvidos na questão, numa rede ontologicamente tensionada, mas politicamente acordante: os etnomapas serviriam para o ordenamento territorial (zoneamento) ao instituir “de forma participativa”, paisagens-zonas de produção e paisagens-zonas de preservação.

Na prática, isto envolveria determinar de forma objetiva a “aptidão” agroextrativista das áreas estudadas, realizando, como diria Silveira (2009 inspirado em LATOUR, 1994) uma purificação dos objetos no mundo, em paisagens duais de natureza e cultura, estabilizando, desta maneira, a dinâmica territorial regional marcada pela sobreposição de duas áreas com objetivos diferenciados e aparentemente conflitantes: o Parque Nacional e a Terra Indígena.

No plano de trabalho que enviei para os coordenadores deste processo, previ levar a cabo a elaboração de um conjunto de mapas em um processo de “formação de grupos de trabalho e sensibilização comunitária para a participação no planejamento, execução e tomadas de decisão”. Num segundo momento, propus a realização de um “mapeamento participativo (mapa falado) e a análise da configuração espacial”, com entrevistas, caminhadas guiadas e produção de etnomapas. Por fim, o confecção de mapas em escala 1:20.000 (mapa planialtimétrico, mapa semidetalhado dos solos, mapa geológico, mapa de uso e ocupação e mapa falado de uso do solo). Neste último caso, utilizando recursos da cartografia digital e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) para cruzar os dados e gerar os mapas finais.

Para dar conta do uso de técnicas de geoprocessamento e análise em SIG, convidei uma amiga geógrafa, Lilian, para dar conta do aparato tecnológico envolvido no processo de tradução dos etnomapas (desenhos, imagens de satélite, pontos de GPS) em formato de geovisualização digital.

Cena 2 – No campo, a oficina, a caminhada guiada (a interlocução entre múltiplos procedimentos e ontologias, mapa como representação, mapa como construção cultural...)

Nosso primeiro trabalho de etnomapeamento foi realizado na aldeia Craveiro, onde fomos levados por um carro da FUNAI. A aldeia Craveiro se consolidou após a recém-ocupação de uma assentamento do MST por famílias Pataxó do entorno do Monte Pascoal, num processo vigoroso de retomada de terras que “varreu” a região Sul e o extremo Sul da Bahia.

Fomos recebidos pelo jovem cacique Tapera, que nos apresentou à vice-cacique Vanusa e o conjunto de lideranças da aldeia. No primeiro dia, nos situamos institucionalmente e explicamos que nosso trabalho cartográfico e etnográfico buscava, como planejado, justamente “orientar” os Pataxó e a política pública na gestão ambiental e territorial da Terra Indígena Barra Velha, diante dos conflitos motivados pela retomada do Parque Nacional do Monte Pascoal - sobreposto ao

território tradicional indígena - e de inúmeras fazendas da região e dar visibilidade às potencialidades produtivas da aldeia. Alojamo-nos numa casa cedida por uma liderança da aldeia, seu José Conceição, onde montamos nosso acampamento.

Para que nosso trabalho cartográfico e etnográfico tivesse sucesso, mobilizamos lideranças e convidamos jovens, adultos e idosos, homens e mulheres para participar de um grupo focal, pessoas estas que denominamos de “especialistas locais”. A ideia era que os especialistas se debruçassem sobre papéis e produzissem um mapa de seu território e da paisagem e, após este momento, planejamos nos inserir na vida cotidiana, quando realizaríamos entrevistas e observações da vida cotidiana, a fim de compreendermos e descrevermos como nossos interlocutores compreendem, classificam e utilizam o mosaico de paisagem, ou seja, descreve o padrão das partes, corredores e matriz que formam uma paisagem em seu todo (ver *Ecologia de Paisagens, Wikipedia*).

Importante deixar claro que, para nós, a entrevista consistiu na principal técnica de coleta de dados, se constituindo como “método de apreensão de sentidos e significados e de compreensão das realidades humanas em etnopesquisa” (CARDOSO; PARRA, 2009), uma forma de compreender o mapa cognitivo das pessoas sobre uma paisagem que considerávamos como uma totalidade do natural, que se revelava independentemente da percepção dos sujeitos. A entrevista articulava-se às observações e ao processo de obtenção de dados da paisagem, conformando o seguinte pressuposto metodológico:

Os métodos de pesquisa participativa, combinados com tecnologias como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), geram um novo horizonte de produção e uso dos mapas que pode ser denominado Mapeamento Participativo (MP) ou etnomapeamento. Este estudo trabalha com ferramentas de MP, tecnologia de SIG e etnoconhecimentos, a fim de compreender de que forma os Pataxó manejam os espaços agrícolas, florestais e aquáticos e, diante disto, poderíamos propor o diálogo de saberes no planejamento do uso do território de forma a preservar a integridade dos recursos e relações ecológicas nas aldeias Pataxó. As técnicas buscam registrar informações do conhecimento tradicional (CARDOSO; PARRA, 2009).

Iniciamos nosso primeiro trabalho de etnomapeamento num chuvoso fim de tarde de junho na sede da pequena e quase “abandonada” escola da aldeia Craveiro – abandonada pelo poder público, pois a escola vivia repleta de pequenos humanos e não humanos. Durante a realização dos trabalhos, idosos, jovens, crianças e lideranças (homens e mulheres), conformaram um lugar não muito iluminado e muito ruidoso, com choros, movimentos e conversas das muitas pessoas que só observavam com bastante estranheza e curiosidade. Munidos de canetas, borracha, pincel piloto, lápis de cor, papel metro e cartolinas, os jovens assumiram o controle do processo e deram contorno a um mapa, iniciando com as bordas do território, as cercas e a aldeia. Importante frisar que o mapa aqui, diante de nós - “representantes do Estado”, na visão dos participantes - era uma forma de fabricar e validar as fronteiras de uma área indígena em litígio: e assim foi feito pelos participantes.

Enquanto isto eu e a Lilian incentivávamos a inserção de polígonos descrevendo e ordenando as “unidades de paisagens”, a inserção de símbolos e as legendas explicitavam formas de uso e categorias, apontando rodovias, locais de produção, rios e matas. Ficamos satisfeitos com os nossos resultados, afinal conseguimos extrair a lista de termos nativos sobre a paisagem, os seus aspectos cognitivos, bem como os seus usos econômicos e políticos, além de obtermos uma espacialização prévia, um croqui. Acreditando que poderíamos realizar um “zoneamento” da área desenhada, solicitamos que, através de uma reflexão sobre o futuro, desenhassem ou indicassem qual o plano para o território. Os mapeadores sob nossa sugestão, desenharam polígonos onde informavam suas listas de projetos: área de reflorestamento, área de preservação, agricultura, agrofloresta.

Por fim, e seguindo o procedimento metodológico, colocamos uma imagem de satélite no chão e após explicações sobre o que seria esta tecnologia - “*O satélite é uma máquina que fica no céu e vai tirando 'fotos' da gente aqui embaixo...*”, propusemos que fizéssemos um exercício de transposição e tradução – um processo de traição? - visando validarmos e darmos mais acurácia ao mapa mental desenhado, o que todos aceitaram, apesar de que muitos visualizavam outra coisa ao olhar para aquele papel, por exemplo um borrão, ou simplesmente um “não entendi”. Este procedimento, nada fácil, exigiu que fizéssemos uma tradução *ipsis litteris* do que foi desenhado, redesenhando a linha, o ponto ou o polígono na imagem de satélite sobre um papel acetado ou transparência. Este procedimento visava eliminar distorções e efeitos de escala, bem como contribuir para o georreferenciamento da carta.

Ao fim, ficamos satisfeitos com os resultados, pois seguindo todos os procedimentos conseguimos mapear as esperadas categorias, esparramadas num substrato bidimensional como pontos, linhas e polígonos.

No entanto, assim como “tudo que é sólido se desmancha no ar”, ao término deste evento, ao olhar para a janela da escola, vi o senhor José Conceição (ou Seu Zé) observando tudo de forma atenta e com um ar nitidamente irônico. Abro aqui um parêntese apenas para dizer que foi Seu Zé que nos acolheu em sua residência e, portanto, me causou certo desconforto não tê-lo ali participando de um trabalho que eu achava importante e que ele poderia dar grande contribuição devido seu notório conhecimento sobre os ambientes e em especial sobre a arte da cura e de manejo das plantas medicinais.

Enfim, ao perguntar diretamente para Seu Zé porque que ele não adentrou na escola, ele me respondeu: “*Isto que vocês estão fazendo é importante, mas não acho que é assim que vocês vão saber as coisas de nossa terra... Não é desenhando que se aprende, mas é andando que se aprende*”. Automaticamente compreendi seu recado e me veio na mente um método muito utilizado

nas chamadas etnociências: a “caminhada-guiada”.



A produção do mapa mental com o grupo focal de jovens e lideranças.



Explicações sobre a imagem de satélite



Processo de transposição e tradução

Logo pensei que estávamos afinados - mesmo que no íntimo eu discordasse dele a respeito da importância dos desenhos e dos mapas - pois prevemos em nossa metodologia a realização de uma

“caminhada-guiada” com um “informante-chave” a fim de consolidarmos os nossos conhecimentos obtidos no mapeamento com o grupo focal nas oficina e com as entrevistas. Em termos da prática etnocartográfica a caminhada seria uma forma eficiente de extrairmos pontos de GPS dos lugares informados durante a caminhada, ou seja, de coletarmos dados objetivos de uma realidade de existência já dada de antemão.

Durante os dias que se seguiram à oficina do etnomapeamento, caminhamos com Seu Zé, sua esposa Dona Maria e seus dois filhos pequenos. Eles nos guiaram em seus roçados, fomos ao sítio onde coletamos frutas, armamos uma rede de pesca ao longo do rio Jibura, mapeamos pastos, capoeiras, mussunungas e matas. O andar seguia passos lentos e em silêncio, intercalado com paradas onde Seu Zé coletava algumas frutas, tecia considerações sobre algumas plantas e quase sempre narrava alguma história sobre aquele local em especial no qual estávamos estacionados. Histórias sobre migrações, vida dos parentes, infância, conflitos e, sobretudo, a respeito da vida cotidiana no passado e suas transformações. Paramos na casa de Adonias, que vive mais distante da aldeia, onde visitamos a roça, observamos atentos a explicação sobre o plantio do abacaxi e da mandioca, sobre a importância do uso do trator para limpeza do terreno. Adonias nos contou sobre as intempéries econômicas e a variação dos ciclos produtivos, o que o motivou a adentrar no mercado de pimenta do reino e maracujá, ao mesmo tempo que tecia considerações sobre o contexto político da terra indígena.

Continuando o caminho, Seu Zé e Dona Maria falavam emocionados sobre os lugares onde viviam seus pais, sobre as frutíferas que plantaram nos tempos dos ancestrais e sobre a expulsão ocasionada pelos fazendeiros, políticos e pelos fiscais dos órgãos ambientais. Zé apontou com os dedos o lugar onde nasceu, hoje conhecido como Caveira, sempre trazendo à tona memórias de caçadas, viagens, encontros e infortúnios. Maria mostrou os restos de madeira da casa onde vivia com seus pais, margeando a “mata do parque”, num lugar onde viviam antigos moradores indígenas, o Oiticica. Não faltou narrativas sobre fluxos e encontros com encantados e outros seres que habitam rios e as matas. Um mundo em movimento, povoado por humanos e não humanos instáveis e portadores de agência. Para Seu Zé o mundo não poderia ser apreendido por uma mente escaneadora, pois este mundo não se conforma de forma independente ao observador, mas através do observador. Um mundo que não se constitui como uma totalidade do natural, como paisagem, mas como relações e categorias instáveis.

A minha preocupação diante das narrativas era a de ficar bem atento e de olhos e ouvidos abertos para as categorias nativas sobre a paisagem e os seus usos, ao mesmo tempo em que minha colega geógrafa estava centrada em coletar “pontos” com seu aparelho de GPS e relacioná-los a

estas categorias paisagísticas. Meu pressuposto teórico estava ancorado em uma perspectiva construtivista e culturalista, centrando a pesquisa em descobrir e descrever as categorias indígenas sobre a paisagem, de forma a que tivéssemos um mapa com nomes de locais e polígonos de unidades de paisagem, que resultasse num mapa culturalmente elaborado que desse visibilidade ao ponto de vista indígena e pudesse ser lido por eles, sem me preocupar muito com o realismo deste artefato. Lilian, por outro lado, devido à sua sólida formação em geografia física, buscava mais acurácia no processo de mapeamento e empreender um processo de tradução das categorias indígenas nas categorias cartográficas, seguindo as normas vigentes da cartografia, de representar num mapa a realidade do mundo com maior precisão técnica e normativa. Mesmo com tensões esporádicas entre nossas perspectivas, nós concordávamos em um ponto fundamental: a inquestionabilidade ontológica do mapa enquanto artefato universal, ou seja, um esquema do tipo: um real, uma paisagem, um mapa, múltiplos pontos de vista. Um exercício muito próximo às pesquisas sobre etnotaxonomia nas etnociências, que buscam categorias classificatórias *folk*, passíveis de serem organizados numa estrutura taxonômica universal, como as chaves-dicotômicas de Lineo.

Já Seu Zé estava nos mostrando suas vivências e histórias relacionadas a elas, o que de certa forma nos chamava atenção, curiosidade e muitas vezes a emoção, em conversas quase sempre prolongadas e intercaladas com um silêncio sapiente. Muitas vezes no caminhar eu abordava Seu Zé, questionando a respeito da vegetação e dos ambientes em que estávamos passando, o que era prontamente e secamente respondido, algo do tipo “isto é uma mata”, ou “um mato velho deste aí”, sem muito prolongamento. Respostas muitas vezes evasivas e diretas o que nos preocupava, pois dificilmente conseguiríamos descrever uma genealogia da paisagem e descrever o território conforme prevíamos.

No final de quatro dias de caminhada e depois de percorrermos mais de 30 quilômetros a pé, nos despedimos dos habitantes do Craveiro. Na despedida de Seu Zé e Dona Maria, ouvimos que não poderíamos caminhar sozinhos para a aldeia Barra Velha, como combinamos. Argumentamos que tínhamos um mapa, que sabíamos o caminho, mas de nada adiantou. Para o Seu Zé, nada aquilo servia, pois “*no caminho poderia acontecer coisas que nós não conhecíamos, era perigoso e poderia acontecer alguma coisa ruim*” e assim sendo, eles iriam juntos, e “*ponto final*”.



Caminhada com Seu Zé, Dona Maria e seus filhos



Num “lugar dos antigos”, narrativas sobre a paisagem, sobre parentes, animais, plantas...



Caminhando em silêncio, por entre campos, locais dos antigos e fazendas

Assim, caminhamos durante todo um dia até chegar à praia. Já na praia de Corumbau - entrada Sul da Terra Indígena -, sentamos numa cabana e abrimos o nosso mapa para tentar sanar as diversas questões que nos afligia e que acreditávamos não estarem respondidas. Ao fazermos isto, Seu Zé disse, como sempre nos dizia em atos como este: “*Ihhhh, lá vem vocês de novo com estas perguntas!*”. Intimidados e envergonhados com esta afirmação brincalhona e ao mesmo tempo muito séria, fechamos o mapa. Logo me perguntei: “*È andando que se aprende, certo, mas o que Seu Zé quer dizer com isto?*”.

Só após alguns anos depois de “estar lá” na realização deste trabalho, e após inúmeras interrogações no momento de “estar aqui”, pude compreender (acho!) o que realmente Seu Zé pretendia me mostrar ao me chamar para “andar” *com* ele, e permitisse que eu formulasse uma ideia para este ensaio. Bom, uma coisa é certa: o que ele não queria era que eu andasse *sobre* ele.

Cena 4 – Saindo do campo, no laboratório (tratamento, edição, vetorização, escolhas... purificação)

Após a saída de campo e percorrermos 8 aldeias para realizar um trabalho com o mesmo objetivo que no Craveiro, nos recolhemos ao gabinete – sob liderança e execução técnica de Lilian - para tratarmos os dados e iniciarmos a produção dos mapas. A ideia central dos procedimentos desta fase dos trabalhos é de que os etnomapas podem ser transferidos para o formato digital e organizados em Sistema de Informação Geográfica. Os SIGs são definidos como um sistema computadorizado projetado para coletar, armazenar, gerenciar e analisar as informações com referências sobre os espaços geográficos e informações relacionadas aos seus atributos.

Nos etnomapas elaborados em SIG, além dos elementos inseridos no momento da produção dos croquis, são adicionadas informações georreferenciadas obtidas em caminhadas guiadas pelo território, em produtos cartográficos e do sensoriamento remoto, reunindo informações de diversas naturezas gerando novas informações qualitativas e quantitativas, que ao serem analisadas permitem elaborar instrumentos de tomada de decisão dentre eles os mapas temáticos. Os SIGs constituem ferramentas de manipulação e caracterização de feições geográficas capazes de capturar, armazenar, organizar e combinar dados espaciais de naturezas diversas. Por seu carácter interativo, permite ser reajustada à medida que novos dados vão sendo construídos (PARRA, *com. pess.*).

como para negociar projetos com ONGs e empreendimentos. Enfim, o etnomapa foi “indigenizado” para fins políticos, o que é legítimo enquanto parte do caminhar pragmático destas experiências. Agora não nos iludamos, o etnomapa não é o mapa mental ou a representação do real a partir do Outro, mas sim um produto de um processo essencialmente prático e político.

Reconheço que o mapa mental que buscávamos entre os Pataxó só existia em nossa cabeça. Nossa posição de “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 1998) nos fez varrer para o canto de nossos olhos e ouvidos toda a subjetividade e emotividade de um mapa vivencial, expressão mesma do engajamento no ambiente, do sentir do aroma no ar, da socialidade entre humanos e não humano, do evento histórico, da experiência sensitiva e emotiva, dos obstáculos postos e sobrepostos nas rotas e caminhos e do clima que nos envolveu e nos perpassou. Um varredura que se constitui como um ato de poder, que se estabelece mesmo num diálogo franco, sensível e dialógico, uma cartografia compartilhada e participativa (SEEMANN, 2012).

Nossa lida cartográfica, ancorada na entrevista, na produção de mapas e do caminhar guiado, enquadrou-se no que Ingold denomina de uma prática viajante Kantiana. Um viajante Kantiano, para este autor, atravessa o terreno coletando dados daqui e dali, e cumulativamente vai montando particularidades locais em aninhados quadros conceituais de cada vez maior alcance global em termos teóricos. Este viajante parte do pressuposto que, ao caminhar pela superfície do terreno, seu conhecimento vai sendo construído, como uma superestrutura, fundadora de sua razão. O viajante é, portanto, um fazedor de mapas mentais. E, segundo Ingold, como é de regra na cartografia, suas observações são tomadas de uma serie fixa de pontos ao invés de em uma rota de um lugar para outro (um mapa vivencial) (INGOLD, 2011).

Por outro lado, para o andarilho o terreno é aprendido na passagem de um lugar para outro lugar, nas “histórias de movimentos e de mudanças de horizontes ao longo das trajetória”. Para um *wayfarer* o movimento não é apenas um auxiliar do ato de conhecer – não uma mera forma de obter pontos em pontos em ordem de coletar o conjunto de dados do sentido para subseqüente modelagem na mente. “Mover é conhecer!” diria Ingold, sendo assim o *wayfarer* conhece ao se mover ao longo de um caminho. Ao invés de “quanto mais você sabe é como bem você sabe, o que se refere a história de caminhar ao longo de lugares e caminhos” (INGOLD, 2010). Portanto, para o autor, o conhecimento vai crescendo ao longo da miríade de caminhos que pegamos e que fazemos em nossa forma de atravessar o mundo no curso de nossas atividades diárias, mais do que montado por informações obtidas de numerosos locais fixos. É andando ao longo de um lugar para outro, e não construído de lugares particulares que nos obtemos conhecimentos do que fazemos⁹. Assim

9 Devemos lembrar que para Ingold o caminhar não se realiza fora do ambiente. Para ele “no momento que andamos, nós não apenas atravessamos uma superfície do mundo exterior, mas negociamos uma forma de atravessar uma

fazemos nós “etno” cartógrafos, porém com a perversão de excluir do cenário e “jogar de baixo do tapete” toda forma de vida e movimento inerente ao nosso ato de mapear.

Esta perspectiva andarilha se constitui como uma crítica epistemológica da forma ocidental de apreender o mundo. Para Ingold, o conhecimento é um processo em construção, não uma construção governada por mecanismos cognitivos – seja de qualquer teoria que for -, mas um movimento improvisatório - de “indo ao longo de” ou um “modo de ir” - que é em aberto e sabidamente para nenhum destino, o que é precisamente um senso de conhecer-fazendo”. Em outro texto Ingold (2008) toma a percepção como forma a priori do indivíduo apreender o mundo, não como uma operação “dentro da cabeça”, executada sobre um material bruto das sensações, mas ocorrendo em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo. Citando os Umeda, Ingold argumenta que o mundo não é formado por objetos visuais e espaciais pré-constituídos, mas, em vez disto, é apreendido dinamicamente. Plantas, animais e elementos da paisagem, são apreendidos em primeiro lugar como movimentos mais do que como formas estáticas, movimento este que une o escutar, o ver e os outros sentidos, a máxima “ouvir com os olhos, ver com os ouvidos” ao movimentar-se. Mapear movimentos, eis aí uma prática de reconstituição da vida à cartografia, como vemos no magnífico mapa 3-D do *The Van Gujjar Migration Project*¹⁰, ou nos mapas rizomáticos dos aborígenes australianos.

Portanto, fica claro (agora) que, durante o etnomapa o conhecimento de Seu Zé se expressava não como uma classificação anterior à experiência, mas sim como um conhecimento poético-estoriado-desenhado fruto de uma imersão no mundo vivido, um saber ancorado na sinergia entre seus sentidos. Este choque de perspectivas cartográficas se dá, segundo Ingold,

“enquanto o viajante kantiano racionaliza um mapa em sua mente, o *wayfarer* desenha um conto de suas impressões no terreno. Menos um coletador do que um narrador, seu objetivo não é a priori o de classificar e ordenar, ou por toda sua experiência em uma classe, mas, preferencialmente de situar suas impressões em relação as ocorrências que formaram o caminho para ele, suas escolhas atuais em manter nele, e ir adiante. Neste sentido seu conhecimento não é classificatório mas estoriado, não totalizado e sinóptico, mas aberto e exploratório”.

Neste sentido o mundo de nossas experiências é um mundo suspenso em movimento, que está continuamente se criando enquanto nós – pelo nosso próprio movimento – contribuimos para a sua formação. Para Ingold, no mundo cartográfico, ao contrário, tudo está parado e silencioso

“Não existe nem a luz do sol nem da lua; não existe nenhuma variação de luz ou tonalidade, não há nuvens, não há sombras e não há reflexões. O vento não sopra, deixando as árvores quietas e as águas sem serem chicoteadas para que formem ondas. Nenhum pássaro voa no céu, ou canta na mata; florestas e pastagens são privadas de animais; casas e ruas são vazias de pessoas e trânsito. Rejeitar tudo isso – sugerir que o que é excluído na redução

zona de mistura e intercâmbio entre substâncias mais ou menos sólidas da terra e meio volátil do ar. Os habitantes são continuamente sujeitos a estes fluxos do ambiente, o que nós chamamos de condições do tempo. Isto é crítico para a relação entre o movimento do corpo e a formação do conhecimento”.

10 <http://traditionalcultures.squarespace.com/van-gujjar-project/>

cartográfica equivale, nas palavras de Monmonier, a uma “neblina de detalhe” – é perverso, para dizer o mínimo (Wood 1992:76). Pois não é nada menos que a própria vida. (INGOLD, 2000)

Tanto para Ingold como para Deleuze e Guatarri (1995) a cartografia também pressupõe uma pragmática, que num certo sentido opera no acompanhamento dos movimentos ao habitar um território. Acompanhar percursos, implicado em processos de produção e experimentação ancorada no real, eis o trabalho cartográfico. Muito mais fluxos rizomáticos do que estruturas e estados da coisa e do ser. O mapa é vivo e o cartógrafo ao desenhá-lo ou utilizá-lo acompanha um processo que, se ele guia, faz tal como guia de cegos que não determina para onde o cego vai, mas segue também as cegas e no caminho compartilha o conhecer, num caminho não conhecido de antemão (PASSOS; EIRADO, 2012). Mapear é, então, um fazer singular, experiencial e performático, onde emerge conhecimentos, ou seja, e inspirado em Maturana e Varela (1990), assim como “todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer”, todo mapear é conhecer um mundo, e todo conhecer é um ato cartográfico.

A experiência de etnomapeamento que apresentamos não se constitui como um ato de descrever um mundo pre-existente através da mente do Outro e nem se configura como um ponto de vista dentre muitos sobre a geografia, mas sim uma forma singular complexa de promulgar um mundo e ordená-lo através de um conjunto de pressupostos, práticas e intervenções performáticas. Neste sentido, seguindo as pistas de Stengers (2002), podemos considerar a prática cartográfica científica que nos valem - planejar, ir a campo, constituir e negociar a lista de coisas mapeáveis, transpor imagens, classificar, excluir dados, métrica, design - como um modo concreto de ativar processos de purificação dos lugares e paisagens, extraindo sua história, seus movimentos, entrelaçamentos que as ligam ao mundo. Um dispositivo inventivo que tende a conservar os conteúdos e categorias das outras práticas de mapear, e descartar a forma e os pressupostos, mantendo o corolário e as bases da cartografia científica como as formas universais de apreender o mundo.

Este ato que articula diversos modos de constituir realidades é, irrecusavelmente, político: num sentido ontológico, pois envolve uma malha relacional de uma multiplicidade sobreposta e interconectada de mundos possíveis (MOL; LAW, 2002) e; existencial, no momento em que se realiza em formas diversas de habitar um território, em constante movimento (INGOLD, 2005; 2011). Não um político que se reduz à panóptica Foucaultiana, o controle total através dos mapas. Talvez mais um oligóptico (LATOURET, 2005), uma vez que faz exatamente o oposto da panóptica: “eles veem muito pouco para alimentar a megalomania do inspetor ou a paranoia do inspecionado, mas o que eles veem, eles vê-lo bem”, um olhar mais mutável e vulnerável, que continua a descrever a importância da conexão entre coisas e da multi-localização da produção do espaço e do tempo (LAW; MOL, 2001). A oligóptica pode cegar-se e nesta visão rarefeita deixar emergir *Zonas*

Autônomas Temporárias (BEY, 2001), ou seja, atos de mapear e produzir territórios não detectáveis pelas lentes do poder, assim nas linhas de fuga dos habitantes de Brasília que a caotizaram e o projeto de Le Corbusier que não vingou diante do rizoma, e as diversas formas de territorializar contra-estatais dos povos ameríndios que não se reduzem aos limites e fronteiras do demarcável e do visível.

Como bem descreveu Hakim Bey,

o "'mapa' é uma malha política abstrata, uma proibição gigantesca imposta pela cenoura/cacetete condicionante do Estado 'Especializado', até que para a maioria de nós o mapa se torne o território, não mais a 'Ilha da Tartaruga', mas os 'Estados Unidos'. E ainda assim o mapa continua sendo uma abstração, porque não pode cobrir a Terra com a precisão 1:1. Dentro das complexidades fractais da geografia atual, o mapa pode detectar apenas malhas dimensionais. Imensidões embutidas e escondidas escapam da fita métrica. O mapa não é exato, o mapa não pode ser exato (...) O mapa está fechado, mas a zona autônoma está aberta. Metaforicamente, ela se desdobra por dentro das dimensões fractais invisíveis à cartografia do Controle (BEY, 2001)

Em nosso caso, junto aos Pataxó, podemos nos inspirar em *Dersu Uzala*. Creio que tanto Dersu como o Capitão do regimento mapeavam e conheciam – e se equivocavam – na relação em que estavam imbuídos, sendo o primeiro como um habitante, um *wayfinding*, e o segundo como um forasteiro navegante, para usar o jargão de Ingold (2000). Apesar das inescapáveis equivocções epistemológicas e ontológicas, assimetrias de poder e etnocentrismos que envolviam ambos, os mapeadores acordavam pragmaticamente (ALMEIDA, 2003), emotivamente (MILTON, 2002) e se conectavam parcialmente (STRATHERN, 2005) na prática de descobrir caminhos. O exercício de uma cosmopolítica (DE LA CADENA, 2012) e de uma política do habitar (INGOLD, 2005), que se realiza no cruzamento entre práticas de mapear, produzir mapas e fabricar paisagens e territórios. Mesmo em práticas da cartografia compartilhada, ou etnomapeamentos, podemos estar diante de assimetrias e formas de dominação. Ao mesmo tempo, podemos perceber que os povos indígenas que participam deste processo são sujeitos ativos e negociam o processo neste processo de tradução. Controlando saídas e entradas, fluxos e caminhos.

Neste sentido, é importante caminharmos para a reconstituição da simetria na prática cartográfica através da experiência complexa do etnomapeamento. Esta reconstituição envolve: recompor a multiplicidade de mundos; trazer a vida de volta aos mapas, reconstituindo os movimentos; redesenhar as malhas relacionais; trazer à tona seu caráter cosmopolítico (DE LA CADENA, 2012). Esta auto-reflexão crítica me leva a pensar em como poderia se colocar uma cartografia - e por que não uma etnografia - que se produz em movimento na observação dos movimentos, uma cartografia engajada no emaranhado de linhas de vida que perpassa nossos sentidos.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri & COLI, Luis R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.
- ALMEIDA, Mauro W.B. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. Campos – Revista de Antropologia Social, 3, 2003.
- ALMEIDA, Alfredo W. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Editora Falangola, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. “A batalha dos mapas”. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.
- BEY, Hakim. *Zona Autônoma Temporária (TAZ)*. Editora Conrad, São Paulo, 2001
- BORGES, Jorge L. "Do Rigor na Ciência". In: *História Universal da Infância*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
- BRYAN, Joe. Walking the line: participatory mapping, indigenous rights and neoliberalism. *Geoforum*, 42, pp.40-50, 2011.
- BROSIUS, J.Peter, TSING, Anna L. & ZERNER, Charles (eds.). *Communities and conservation: histories and politics of communities-based natural resource management*. Lanham: AltamiraPress, 2005.
- CARDOSO, T. M., MODERCIN, I., PARRA, L.B. & GUIMARÃES, G. C. (org.). *Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*. 1. ed. Brasília: FUNAI-DEDOC, 2012a.
- CARDOSO, T. M., SANT'ANA, G., PARRA, L.B. & PINHEIRO, M. (org.). *Aragwaksã: plano de gestão territorial do povo indígena Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. 1. ed. Brasília: FUNAI-DEDOC, 2012b.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHAPIN, Mac, LAMB, Zachary & THRELKELD, Bill. Mapping indigenous land. *Annual Review of Anthropology*, 34, pp. 619-638, 2005.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: José Reginaldo Santos (org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.
- COLI, Luis R. Sistemas de Informação geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. In: Acselrad, Henri (Org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010.
- CORREIA, C.S. *Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre*. Tese de Doutorado (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília), 2007.
- DE LA CADENA, Marisol. *Indigenous cosmopolitics: dialogues about the reconstitution of worlds*. UC Davis, Anthropology, [disponível em <http://sawyerseminar.ucdavis.edu/>] acesso em 10 de junho de 2013, 2012.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. “Introdução: Rizoma”. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Editora 34, 1995, pp. 1137.
- DE ROBERT, Pascale & LAQUES, Anne-Élisabeth. “La carte de notre terre”: enjeux

- cartográficas vus par les indiens Kayapó. *Mappemonde* 69, 2003.
- FOX, Jefferson et al. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: Acselrad, Henri (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008
- HARLEY, Brian. A nova história da cartografia. *Correio da UNESCO*, 19(8), 1991.
- _____. Desconstructing the map. *Cartographica*, 26(2), pp.1-20, 1989.
- HERLIHY, Peter & KNAPP, Gregory. Maps of, by, and for the peoples of Latin America. *Human Organization*, 62(4), 2003.
- HIRT, Irene. Mapeando sueños/soñando mapas: entrelazando conocimientos geográficos indígenas y occidentales. *Rev. Geo.Sur*, 3(1): pp. 63-90, 2013.
- _____. Cartographies autochtones. Éléments pour une analyse critique. *L'Espace Géographique* 2, pp. 171-186, 2009.
- INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York, Routledge, 2011.
- _____. Footprint through the weather-world: walking, breathing, knowing. *Journal of Anthropological Institute* (N.S.), p.121-139, 2010.
- _____. Towards a politics of dwelling. *Conservation and Society*, 3, pp.501-8, 2005.
- _____. "To Journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation". In. *The Perception of the environment: Essays livelihood, dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000, p. 219-242.
- KITCHIN, Rob & DODGE, Martin. Rethinking maps. *Progress in Human Geography*, 31(3), pp. 331-344, 2007.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. São Paulo: UNESP/Instituto Martius Staden, 2006.
- KRYGIER, John & WOOD, Denis. Ce n'est pas le monde (This is not the world). In. DODGE, M., KITCHIN, R. & PERKINS, C. (eds.). *Rethinking Maps*. Routledge, 2009
- LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Nova York, Oxford University Press, 2005.
- _____. *Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica*. São Paulo, Ed 34, 1994.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LAW, John & MOL, Annemarie. Situating technoscience: an inquiry into spatialities. *Society and Space*, 19, pp.609-621, 2001.
- LEE, Jo & INGOLD, Tim. Fieldwork on foot: perceiving, routing, socializing. In: *Locating the Field: Space, Place and Context in Anthropology*. Oxford: ASA Monograph, Simon Coleman and Peter Collins, Berg Publishers, 2006.
- LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: Acselrad, Henri (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008
- MALINOWSKI, Bronislaw. "Confesiones de ignorancia y fracaso" In LLOBERA, José (org.) *La Antropologia como Ciencia*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.

- MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997
- MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo, Palas Athenas, 1990.
- McGRANE, Bernard. *Beyond anthropology: society and the other*. New York, Columbia University Press, 1989.
- MILTON, Kay. *Loving Nature: Towards an Ecology of Emotion*. London: Routledge, 2002.
- MOL, Annemarie & LAW, John. Complexities: an introduction. In: LAW, J. & MOL, A. *Complexities*. London: Duke University Press, 2002.
- PASSOS, Eduardo & EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (orgs.). *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2012.
- ROBERTS, Les. "Mapping culture: a spacial anthropology". In. ROBERTS, L. (ed.). *Mapping culture: place, practice, performance*. New York: Palgrave MacMillan, pp. 1-28, 2012.
- SEEMANN, Jörn. Cartographic-story-telling, performance of way-finding and (e)motional mapping in the Cariri Region. *Bol. Geogr. Maringá*, 30(2), pp.5-13, 2012.
- SILVEIRA, Pedro. C.B. Híbridos na paisagem: uma etnografia sobre espaços de produção e de conservação. *Ambiente & Sociedade*, v. XII, n. 1, p. 83-98, 2009.
- SHEPPARD, Eric. Produção de conhecimento através do Sistema de Informações Geográficas Crítico: genealogia e perspectivas. In: Acselrad, Henri (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008
- SLETTO, Bjorn I. "We drew what we imagined": participatory mapping, performance, and the arts of landscape making. *Current Anthropology*, 50(4), 2009.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. "Uma cartografia simbólica das representação sociais: o caso do direito". In. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, Editora 34, 2002
- STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Lanham: AltaMira Press, 2005.
- SZTUTMAN, Marcio. *Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para gestão etnoambiental em Terras Indígenas*. Brasília: TNC, 2006.
- TRANCOSO, Ralph., MILLER, Robert, GOULART, Alexandre, TRINDADE, Henyo, CORREIA, Cloude. EtnoSIG: ferramentas para gestão territorial e ambiental de terras indígenas. In: Paese, A., Uezu, A., Lorini, M.L., Cunha, A. (Orgs). *Conservação da Biodiversidade com SIG*. São Paulo, Oficina de Textos, 2012.
- TURNBULL, David. Maps narratives and trails: performativity, hodology and distributed knowledges in complex adaptative systems – an approach to emergent mapping. *Geographical Research*, 45 (2), pp. 140-149, 2007.
- _____. *Manson, Tricksters and Cartographers: comparative studies in the sociology of scientific and indigenous knowledge*. London: Routledge, 2003.
- VIANNA, F.L.B. Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia In. Ricardo, F. (org). *Terras indígenas e unidades de conservação no Brasil: o desafio das sobreposições*. Brasília: Instituto Socioambiental, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8(1), 2002. pp. 113-148

WOOD, Denis. "The Anthropology of cartography". In. ROBERTS, L. (ed.). *Mapping culture: place, practice, performance*. New York, Palgrave MacMillan, pp. 280-303, 2012.

_____. The fine line between mapping and mapmaking. *Cartographica* 30, pp.50-60, 1993.